**TÍTULO DO PAPER EM PORTUGUÊS: SUBTÍTULO**

(EM CAIXA ALTA, NEGRITO, FONTE CALIBRI 14, ALINHADO À ESQUERDA)

**AUTOR/A 1,** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**ORCID: https://orcid.org/** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**<email@email.com.br>**

**Filiação institucional. Cidade, Estado (sigla do estado), País** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**AUTOR/A 2,** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**ORCID: https://orcid.org/** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**<email@email.com.br>**

**Filiação institucional. Cidade, Estado (sigla do estado), País** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**AUTOR/A 3,** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**ORCID: https://orcid.org/** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**<email@email.com.br>**

**Filiação institucional. Cidade, Estado (sigla do estado), País** ​Clique ou toque aqui para inserir o texto.​

**RESUMO:** Texto contendo objetivo, método e conclusões do trabalho com no mínimo 150 e no máximo 250 palavras em português. Fonte Garamond 12.

OBSERVAÇÃO: Ao copiar o texto de outro arquivo do word, posicione o cursor no local em que será incluído o texto e sempre utilize a opção “colar somente texto”,para manter a formatação do template. Não serão aceitos papers fora da formatação constante do template oficial.

**Palavras-chave:** cinco palavras-chave, separadas por vírgula, letras minúsculas. Fonte garamond 12

**TÍTULO EM INGLÊS: SUBTÍTULO** (EM CAIXA ALTA, NEGRITO, FONTE FONTE CALIBRI 14,, ALINHADO À ESQUERDA)

**ABSTRACT:** Texto contendo objetivo, método e conclusões do trabalho com no mínimo 150 e no máximo 250 palavras em inglês. Fonte Garamond 12.

OBSERVAÇÃO: Ao copiar o texto de outro arquivo do word, posicione o cursor no local em que será incluído o texto e sempre utilize a opção “colar somente texto”,para manter a formatação do template. Não serão aceitos papers fora da formatação constante do template oficial.

**Keywords**: cinco palavras-chave, separadas por vírgula, letras minúsculas. Fonte garamond 12.

**INTRODUÇÃO**

O sistema de Representação Proporcional de Lista Aberta (RPLA), adotado no Brasil nas eleições para o Legislativo, é alvo de críticas por criar incentivos para a adoção de estratégias eleitorais com base em reputação pessoal em detrimento de reputação partidária e por intensificar a competição intrapartidária. Neste trabalho busco qualificar a segunda crítica, trazendo evidências de que os partidos agem para evitar sobreposição de esforços de campanha e, portanto, para minimizar a ocorrência de disputas internas.

Nos sistemas de representação proporcional os votos são agregados por partido e aqueles partidos que atingirem uma certa quantia (o quociente eleitoral, ou uma fração deste) elegem um número de candidatos proporcional à sua votação. Os candidatos que serão eleitos são os que se encontram melhor posicionados na lista de candidatos do partido. Na RPLA ao contrário da representação proporcional de lista fechada, não é o partido, mas sim o eleitor, quem ordena a lista de candidatos, isto é, a posição do candidato na lista depende apenas de seus votos.

Na RPLA, portanto, os candidatos disputam as posições na lista, o que não ocorre nos sistemas de lista fechada. Para alguns autores (citar) essa disputa cria incentivos para a adoção de estratégias políticas personalistas, enfraquece o controle das lideranças partidárias sobre seus membros e enfraquece os vínculos entre partidos e sociedade.

O fato das listas serem elaboradas pelos partidos e dos partidos precisarem atingir uma certa quantia para que seus membros sejam eleitos faz com que a reputação partidária ainda tenha algum peso na RPLA (Carey e Shugart, 1995). Os candidatos aumentam sua probabilidade de serem eleitos ao fazer parte de uma lista forte ou de uma coligação eleitoral (Calvo et al., 2015). Ainda assim, a disputa pelas primeiras posições na lista gera incentivos à competição intrapartidária.

Neste artigo proponho que a competição intrapartidária é um problema de ação coletiva, isto é, se os candidatos coordenarem suas ações a probabilidade de serem eleitos aumenta. Proponho também que os partidos procuram resolver este problema elaborando listas de candidatos procurando minimizar a sobreposição de esforços de campanha de seus membros.

Para testar estas proposições utilizo uma base de dados inédita (Guarnieri e Silva, a publicar) que localiza os gastos de campanha dos candidatos à deputado federal nas eleições de 2018 em todos os municípios brasileiros. Mostro que a sobreposição destes gastos não é elevada quando observamos os candidatos de um mesmo partido em comparação com a sobreposição que não leva em conta os partidos. Também mostro que a sobreposição dentro dos partidos é menor do que o esperado se a distribuição se desse ao acaso.

Os dados corroboram a hipótese, presente também em outros trabalhos (Braga e Amaral, 2013; Cheibub e Sin, 2020), de que os partidos, ao controlar estrategicamente a formação da lista de candidatos, resolvem o problema de ação coletiva gerado pelos incentivos da RPLA.

O texto segue da seguinte forma: na próxima seção mostro como alguns autores buscaram demonstrar que, apesar dos incentivos à competição intrapartidária, os partidos elaboram suas listas para minimizar essa competição, mas que suas conclusões estavam limitadas pelo uso dos resultados eleitorais, que não permite, de fato, observar as estratégias adotadas. Em seguida proponho um modelo da estratégia a ser adotadas pelos partidos na formulação da lista de candidatos, do que derivo algumas hipóteses. Na terceira seção apresento a metodologia e os dados que utilizarei para testar as hipóteses. Na quarta seção apresento os resultados e, por fim, teço algumas considerações finais.

**1. Lista Aberta e competição intrapartidária**

Partidos competem em distritos multinomiais oferecendo listas de candidatos para os eleitores. Essas listas são formadas, de modo mais ou menos centralizado, buscando maximizar a votação do partido, o que envolve a seleção de candidaturas com grande potencial eleitoral, com raízes locais e o mais representativas possível do eleitorado do distrito (Gallagher e Marsh, 1988; Field e Siavelis, 2008; Hazan e Rahat, 2010).

Há sempre competição pelas primeiras posições na lista. Na lista fechada, esta competição se limita ao interior do partido e à arena pré-eleitoral. Na lista aberta a competição se dá no eleitorado. No primeiro caso os candidatos teriam maiores incentivos para agir partidariamente, no segundo teriam maiores incentivos para uma ação mais independente (Carey e Shugart, 1995).

Esses diferentes incentivos levaram alguns autores a propor que em sistemas de lista fechada as lideranças partidárias teriam maior controle sobre seus comandados, pois teriam controle sobre a formação da lista. Na lista aberta, a falta de controle sobre a formação da lista faria com que as lideranças também não controlassem o comportamento dos políticos eleitos (Mainwaring, 1991).

O ordenamento da lista, quer seja determinado pelo partido ou pelo eleitorado é resultado de um processo sobre o qual os líderes partidários têm maior ou menor controle, independente do sistema de lista adotado.

O fato da lista ser fechada não quer dizer que as lideranças tenham controle sobre elas. Gallagher e Marsh (1988) em seu estudo pioneiro sobre seleção de candidatos, concluíram que esse processo raramente estava sobre controle exclusivo das executivas partidárias. É cada vez mais comum a adoção de eleições primárias para a escolha da lista em sistemas parlamentaristas (Cross et al., 2016). A implicação disso para o controle sobre o comportamento dos políticos é clara. Na Alemanha a descentralização do processo de seleção faz com que, em geral, as lideranças locais tenham maior controle sobre a lista do que a nacional e a introdução de primárias e cotas de gênero fez que até mesmo esse controle tenha diminuído (Detterbeck, 2016).

A lista aberta também não implica a falta de controle das lideranças. Estudos sobre a formação de listas no Brasil, por exemplo, (Guarnieri, 2004; Braga, 2008; Braga e Amaral, 2013; Cheibub e Sin, 2020) mostraram que as lideranças controlam as listas de candidatos com o intuito de reduzir as incertezas quanto a seu sucesso eleitoral, o que significa evitar a competição intrapartidária controlando o número de candidatos competitivos.

Conforme Samuels, no Brasil, “parties seek some sort of balance between maximizing the number of candidates and maximizing the probability that all their competitive candidates will win” (2004, p.11, nota 4). Para atingir este balanço os partidos evitam lançar um número maior de candidatos do que o número de vagas (Guarnieri, 2004; Cheibub e Sin, 2020) e evitam a sobreposição espacial ou setorial de candidaturas (Braga e Amaral, 2013; Souza e Graça, 2019).

Se no caso da lista fechada o grau de controle das lideranças sobre a seleção de candidatos deriva diretamente das regras internas que são fruto do balanço de poder no interior do partido (Panebianco, 1988), na lista aberta os fatores que explicam um maior ou menor controle são menos conhecidos.

Guarnieri (2004) sugere que além de maximizar seus votos, os partidos, por meio de suas lideranças, procuram minimizar a incerteza eleitoral e manter a estabilidade organizativa, isto é, a manutenção da linha de autoridade dentro do partido. O autor mostra como liderança e candidaturas se confundem. Os líderes partidários são, em geral, detentores de cargos eletivos. Esses líderes/candidatos controlam os recursos de poder nos partidos, controlando as decisões estratégicas, dentre elas a formação da lista (Guarnieri, 2011). Em outras palavras a lista é feita por candidatos que procuram minimizar suas incertezas eleitorais.

Na mesma linha, Braga (2008) mostra que investigação dos estatutos e dos resultados de convenções mostra que os dirigentes têm assento cativo nas instâncias partidárias responsáveis pela seleção e possuem diversos mecanismos para restringir a participação das bases no processo, desde a convocação para as convenções, limitada a poucos membros, até a intervenção em diretórios e a nomeação de comissões provisórias.

Essas explicações enfatizam o controle das estratégias pelas lideranças partidárias. Os resultados eleitorais seriam consequências do sucesso ou fracasso destas estratégias. Indicadores, como o número de candidatos na lista, o padrão espacial de votação, distribuição de votos por tipo de candidatura etc. seriam suficientes para demonstrar essas estratégias. No entanto há uma falha lógica neste desenho de pesquisa, pois utiliza-se os resultados eleitorais, isto é, o momento pós-eleitoral, para se deduzir as estratégias do momento pré-eleitoral, comete-se a falácia da afirmação do consequente.

Uma lista de candidatos com um número inferior ao permitido pela legislação pode indicar que as lideranças controlaram a lista, mas também pode ser indício de um baixo interesse por candidaturas. A concentração de votos em uma dada unidade geográfica de um candidato pode significar que evitou-se sobreposição de esforços de campanha ou então que houve competição, mas que aquele candidato levou a melhor. Enfim, os mecanismos elencados pela literatura revista seriam necessários para identificar o controle estratégico das listas, mas não suficientes.

O recurso aos resultados eleitorais para inferir as estratégias partidárias se deve à limitação dos dados disponíveis. Por um lado, só agora o processo de formação das listas começou a ser investigada mais à fundo por meio de entrevistas com seus formuladores (Villarouca, Freire e Guedon, 2022). Por outro, não haviam dados que permitissem identificar como os candidatos realizam de fato seus esforços de campanha. É justamente esta última lacuna que este artigo pretende preencher.

**2. Estratégia de formação da lista de candidatos**

O que nos interessa aqui é o que Villarouca, Freire e Guedon (2022) chamam de “jogo das nominatas”, definido por eles como o “processo informal de competição e cooperação entre os agentes políticos durante o interregno pré-eleitoral” (Villarouca, Freire e Guedon, 2022:137). Esse processo contrapõe lideranças partidárias, que determinam o número de vagas e a alocação de recursos de campanha, à potenciais candidatos, que observam o quanto as listas lhes proporcionam recursos que aumentam sua probabilidade de vitória.

As lideranças, geralmente formada por detentores de mandato que buscam a reeleição, devem dispor de seus recursos de campanha de modo a maximizar sua probabilidade de eleição. Caso não consigam votos o suficiente para superar o quociente eleitoral em proporção ao seu tamanho, o grupo de líderes só conseguirá manter os mandatos de seus membros se atrair novos candidatos para a lista. Estes, por sua vez, só entrarão em uma lista se acharem que serão eleitos por ela. O grande desafio das lideranças partidárias é, portanto, equilibrar estas duas demandas.

Alguns símbolos podem ajudar a tornar mais claro o dilema e suas consequências. Seja Va os votos previstos para as L principais lideranças do partido A[[1]](#footnote-2). Seja Qe o quociente eleitoral. O número de líderes que o partido A conseguirá eleger é dado por Va/Qe e só existe um problema estratégico se Va/Qe < L ou, de modo equivalente, se Va/Qe = kL, onde k E [0,1]. Segue que para eleger L candidatos as lideranças precisam multiplicar sua votação por um fator de 1/k. Esse aumento de votação seria proporcionado por novos candidatos que agregariam, no mínimo W novos votos para o partido A, isto é, W = Va/k - Va.

Em que condições a atração de novos candidatos agrega votos ao partido? Se considerarmos que a votação de um candidato é função de seu voto pessoal e do voto partidário (Cox e McCubbins, 2005) só haverá aumento de voto se a votação pessoal prevalecer sobre a votação partidária.

Imaginemos um cenário onde a votação dos candidatos do partido A (as L lideranças) é totalmente influenciada pelo voto partidário. Se I eleitores se identificam com o partido A e sempre votam neste partido, independente do candidato, podemos considerar essa quantia fixa. Se aumentamos o número de candidatos com candidaturas que também só atraem votos partidários a consequência seria uma diminuição das votações individuais e não um aumento da votação agregada.

Se o aumento de candidaturas se der com a inclusão de candidatos cuja votação se baseia em voto pessoal o número de votos total do partido vai aumentar, mas a votação das lideranças vai passar de I/L para I/(L + N), onde N novos candidatos entram na lista enquanto a votação de um novo candidatos será de I(L+N) + Vi, onde Vi é o voto pessoal do candidato i. Em outras palavras, lideranças partidárias que contassem apenas com voto partidário teriam que atrair novos candidatos com voto pessoal para aumentar a votação total do partido. No entanto ao fazer isto obteriam votação inferior aos novos entrantes e não seriam eleitas.

Daí podemos derivar um hipótese que não será testada neste artigo: lideranças de partidos que contam apenas com votos partidários não possuem estratégia capaz de eleger todos L candidatos se a votação partidária for menor que Qe\*L.

A estratégia de ampliação de votos por meio da atração de novos candidatos só será aplicada se o votação dos candidatos do partido A for uma mistura de voto pessoal e voto partidário. Neste caso esta estratégia passa pela atração de um número de novos candidatos que garanta que a média de votos dos candidatos do partido A seja maior ou igual a média de votos dos novos candidatos. Isto ocorre quando o número de candidatos aumenta, no mínimo, pelo mesmo fator 1/k, ou seja, N = L/k – L.

Em outras palavras a melhor estratégia para um partido que necessite atrair votos para garantir a eleição de seus candidatos é garantir que esses novos votos se dividam por um número suficiente de novas candidaturas que garanta que a média de sua votação seja maior que a dos novos. Os novos têm incentivo para entrar na lista pois há um intervalo de incerteza em torno destas médias.

Dois problemas potenciais para esta estratégia é a possibilidade dos novos candidatos aportarem um quantia de votos maior que Va/L – Va ou que estes votos viessem de parte dos “votos pessoais” dos líderes, ou seja que os novos candidatos atacassem as bases eleitorais das lideranças. Para evitar isso essas lideranças devem controlar as estratégias individuais de atração de voto pessoal construindo listas que evitem a sobreposição de esforços de campanha.

Desse modelo podemos derivar algumas hipóteses, duas das quais testaremos neste artigo:

H1: o tamanho da nominata irá variar conforme k, ou seja, a proporção de líderes (candidatos) que o partido acredita que passarão o quociente eleitoral;

H2: A sobreposição de despesas de campanha será próxima a zero[[2]](#footnote-3).

A implicação do modelo acima para a competição intrapartidária é direta. Quanto maior o quociente partidário esperado, menor a competição intrapartidária, pois menor a necessidade de aumentar os votos trazendo novos candidatos e mais fácil garantir que não haja sobreposição de estratégias de atração de voto pessoal.

**3. Testando o modelo de estratégia partidária**

Por trás do modelo desenvolvido acima há uma concepção de liderança partidária próxima a de Cox e McCubbins (200X e 200Y) e similar à de Katz e Mair (200x) quando descrevem o partido cartel: uma coalizão de membros sêniores que em geral, mas não necessariamente, são detentores de posições centrais no executivo e no legislativo.

Para operacionalizar essa definição vamos definir o número de líderes que um partido deseja eleger, a variável L no modelo, com base no número de eleitos pelo partido na última eleição em determinado distrito. Para calcular k, a proporção destes líderes c ultrapassam o quociente eleitoral, também recorremos aos resultados das últimas eleições e dividimos a votação destes L candidatos (Va, no modelo) pelo quociente eleitoral multiplicado por L, ou seja, k = Va/(Qe\*L).

Portanto H1 pode ser testado observando a correlação entre k e o tamanho das listas de candidatos. H2 pode ser testada fazendo a regressão do tamanho da lista em L/k. O coeficiente desta regressão não deve ser significativamente diferente de um.

O modelo apresentado acima parte da premissa de que só é possível um partido adotar uma estratégia de maximização da eleição de suas lideranças se a votação destas depender de suas estratégias de “voto pessoal” além do “voto partidário” que dividem com os demais candidatos do partido. É necessário definir o que entendemos por “voto pessoal”.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** (EM CAIXA ALTA, NEGRITO, FONTE GARAMOND 12, ALINHADO A ESQUERDA, SEM NUMERAÇÃO)

Parágrafo normal: fonte Garamond 12, cor preta, espaçamento entre linhas 1,5 e espaçamento antes (entre os parágrafos) 6 pt para todo o paper. Recuo na primeira linha dos parágrafos em 1,25 cm.

**MATERIAIS SUPLEMENTARES** (EM CAIXA ALTA, NEGRITO, FONTE GARAMOND 12, ALINHADO A ESQUERDA, SEM NUMERAÇÃO)

Parágrafo normal: fonte Garamond 12, cor preta, espaçamento entre linhas 1,5 e espaçamento antes (entre os parágrafos) 6 pt para todo o paper. Recuo na primeira linha dos parágrafos em 1,25 cm.

OBSERVAÇÃO: Caso se aplique, inserir informação adicional sobre os dados utilizados para a produção do paper, tais como entrevistas, surveys, questionários, bases de dados etc. Caso não tenha informações para este item, não é necessário inserí-lo em seu paper.

**OBSERVAÇÃO:** **OS ITENS A SEGUIR SÃO OBRIGATÓRIOS PARA QUE O PAPER SEJA LIDO AUTOMATICAMENTE E RECEBIDO PELO SISTEMA.**

**REFERÊNCIAS** (EM CAIXA ALTA, NEGRITO, FONTE GARAMOND 12, ALINHADO À ESQUERDA)

Para as referências (“bibliografia”) opte por seguir apenas uma das seguintes normas: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ou American Psychological Association (APA), ou Harvard autor-data ou Chicago autor-data. Utilize espaçamento simples e um espaço entre uma referência e outra.

OBSERVAÇÃO: Lembre-se de utilizar a mesma norma tanto para as referências (“bibliografia”), quanto para as citações ao longo do texto.

**DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:** Informar a disponibilidade dos dados da pesquisa. Exemplos de declarações estão listados abaixo. Opte por um dos textos, copie e cole na versão final de seu pdf:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em (inserir nome do repositório) e pode ser acessado em (inserir URL ou de preferência o DOI). (Por favor, informe quaisquer restrições, quando aplicável)

ou

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

ou

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no artigo e na seção "Materiais suplementares".

ou

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

**FINANCIAMENTO**: Especificar as fontes de financiamento da pesquisa, caso existente. Exemplos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) *(opcionalmente coloque também o código de financiamento da sua bolsa ou auxílio)*.

ou

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) *(opcionalmente coloque também o código de financiamento da sua bolsa ou auxílio)*.

ou

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS**: Especificar cada contribuição individual, de acordo com o protocolo CRediT (*Contributor Roles Taxonomy*) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](https://casrai.org/credit/) (CASRAI). Ver a descrição detalhada das diversas possibilidades de descrição das contribuições para o paper aqui: <https://www.elsevier.com/authors/policies-and-guidelines/credit-author-statement>

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar). OU: O/a autor/a 1 declara não haver conflitos de interesse. O/a autor/a 2 recebeu uma bolsa de pesquisa da organização “A” onde é funcionária. O/a autor/a possui ações da empresa “B”.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER** (limite-se às informações essenciais e não ultrapasse 3 linhas).

CROSS, William P. et al. Promise and challenge of party primary elections: A comparative perspective. McGill-Queen's Press-MQUP, 2016.

FGV CEPESP (2023). CepespData - Banco de Dados Políticos. Visitado em 5/10/2023. Disponível em http://cepesp.io

1. Uma premissa deste modelo é que as lideranças têm uma boa aproximação dos votos que receberão no futuro. [↑](#footnote-ref-2)
2. No modelo as lideraças são capazes de estimar a média da votação por candidato e não a distribuição dos votos. Ao garantir que a média de seus votos seja maior que a dos novos candidatos as lideranças podem evitar uma sobreposição total das duas distribuições, mas não que haja sobreposição. Quanto mais homogêneo o voto das lideranças e dos novos recrutados, menor a sobreposição. [↑](#footnote-ref-3)